

Índice

Notas Explicativas	1
--------------------	---

Notas Explicativas

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na Rua Fidêncio Ramos, 213, conjuntos 42, 52, 61 e 62, na cidade de São Paulo – SP é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo T4F”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos, tais como teatros, ginásios e estádios.

A Companhia administra quatro casas de espetáculos no Brasil: Credicard Hall, Citibank Hall e Teatro Abril, em São Paulo, e Citibank Hall, no Rio de Janeiro, e uma casa de espetáculos na Argentina: o Teatro Opera Citi. No exterior, as operações incluem eventos na Argentina e no Chile, através de suas controladas, e no Peru. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação das corridas automobilísticas das categorias Copa Caixa Stock Car, Copa Chevrolet Montana, Copa Mini Challenge e a Copa Petrobrás de Marcas. Juntas, elas compõem o principal evento automobilístico nacional.

A controladora imediata do Grupo T4F é a F.A. Comércio e Participações (“F.A. Part.”), com participação de 28,14%.

Em 13 de abril de 2011, a Companhia realizou sua oferta inicial de ações (“IPO”), resultando no aporte do seu capital social em R\$187.586, integralizando 11.724.138 ações ordinárias de sua emissão. Os custos com a oferta dessas ações foram registrados em conta específica redutora do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis local e internacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

Notas Explicativas

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de informações, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir na nota explicativa nº3.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e no consolidado:

a) Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores há 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso;

Notas Explicativas

(ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Despesas antecipadas

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos, shows e espetáculos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor. Adicionalmente, tendo em vista que a Companhia efetuou reavaliação do ativo imobilizado em 2006, o custo atribuído (“deemed cost”) do ativo imobilizado não difere dos valores contábeis registrados nas demonstrações financeiras.

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros (prejuízos) acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 27. Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e sua controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes em 31 de dezembro de 2007.

Notas Explicativas

j) Aquisições de controladas - ágio

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

Em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, no momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme regulamentação da Deliberação CVM nº 527/07, que aprovou o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software e marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor

Notas Explicativas

contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo na unidade. Uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Essa prática aplica-se tão somente aos ativos com vida útil definida.

Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

No encerramento de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração, principalmente o imobilizado, o intangível e as despesas antecipadas, a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

O valor recuperável é o valor justo menos os custos de alienação ou o valor em uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma atual avaliação do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxo de caixa futuro não foi ajustada.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda do valor recuperável para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

n) Debêntures

Registradas pelo valor principal, acrescido dos respectivos encargos, que são apropriados em despesas financeiras com juros e variações monetárias. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido de acordo com o CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisão

Reconhecida apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos exercícios, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandise” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços

As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço de conveniência ou entrega dos ingressos.

As receitas provenientes de contratos de “naming rights” referem-se à nomeação das casas de espetáculos e são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínio são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Notas Explicativas

Receitas de produtos

As vendas de alimentos, bebidas e “merchandise” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base na legislação tributária vigente no encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes no encerramento do exercício e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio no encerramento do exercício. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

Notas Explicativas

u) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; e (iii) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira de todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras (nenhuma das quais situada em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios.
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio.
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.

v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias: (1) mantidos até o vencimento; (2) disponíveis para venda; e (3) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados.

Notas Explicativas

(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos exercícios, os quais são classificados como ativo não circulante. No encerramento do exercício, no caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. As debêntures e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no exercício em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e por suas controladas resumem-se em “swaps”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras, sendo mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado.

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento do exercício, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 28.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

x) Pagamentos baseados em ações

Os contratos de outorga dos pagamentos baseados em ações celebrados entre a Companhia e seus executivos determinam que os ganhos decorrentes da valorização desses instrumentos seriam liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo, e, portanto estavam registrados como reservas de capital no patrimônio líquido com contrapartida em conta do passivo, denominada passivo financeiro. Entretanto, referidos contratos determinam também que no advento do processo de oferta pública de distribuição de ações - IPO, a Companhia deixa de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados podem exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

Dessa forma, tendo em vista a obtenção do registro de Companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações ocorrida em 13 de abril de 2011, como demonstrado na nota explicativa nº1, tais opções, anteriormente classificadas como passivo financeiro, foram convertidas em instrumento de patrimônio, tendo sido devidamente avaliado ao seu valor justo naquela data.

O valor justo desses instrumentos foi calculado com base no modelo “Black & Scholes” na data em que foram convertidos em instrumento de patrimônio, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007.

A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (vide nota explicativa nº 31).

Notas Explicativas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 21 e 31, o Conselho de Administração aprovou em 12 de julho de 2011, a emissão de 100.170 ações, todas subscritas e integralizadas, tendo em vista o exercício naquela data, de opções “vested” do Plano de Opção de Compra de Ações, por alguns dos executivos contemplados. A liquidação das ações ocorreu em agosto de 2011 no montante de R\$1.001 (vide mutação do patrimônio líquido).

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Quando são recebidos incentivos para a contratação de um arrendamento operacional, tais incentivos são reconhecidos como passivo e, posteriormente, reconhecidos como redução da despesa de aluguel pelo método linear, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

z) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 - Lucro por Ação, o lucro por ação deve ser apresentado como básico e diluído, conforme descrito na nota explicativa nº 34.

aa) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante o exercício, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

bb) Novas normas, alterações e interpretações de normas

- (i) As interpretações e alterações das normas existentes a seguir aplicáveis às operações da Companhia foram editadas e estavam vigentes em 31 de dezembro de 2011; entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 1 – Adoção inicial das IFRS 	<ul style="list-style-type: none"> Esclarecimentos diversos sobre a adoção inicial das IFRS como, por exemplo, eliminação de datas fixas para certas exceções como a data de transição para as IFRS. Aditivos resultantes da Revisão de Melhorias Anual de Maio de 2010. 	<ul style="list-style-type: none"> Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento nas exigências de divulgações das transações envolvendo ativos financeiros, visando transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas ainda existe algum risco de exposição retido na Companhia. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período. 	<ul style="list-style-type: none"> Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
<ul style="list-style-type: none"> IAS 24 – Divulgação sobre Partes relacionadas 	<ul style="list-style-type: none"> As alterações já são adotadas pelo CPC. Esclarece melhor o conceito de partes relacionadas, inclusive com exemplos sobre casos específicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

Notas Explicativas

- IFRIC 14 – Limite de ativo de benefício definido
- Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.
- Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

(ii) As normas e suas respectivas alterações existentes foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

- | | | |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação | <ul style="list-style-type: none"> • Melhorias que tratam a divulgação sobre a compensação de ativos e passivos financeiros. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável a períodos anuais e interinos com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Novos requerimentos de divulgação relativos à adoção inicial na aplicação do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros / Mensuração e Classificação de Ativos Financeiros. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável a períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015 |
| <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 9 – Instrumentos Financeiros | <ul style="list-style-type: none"> • Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Esclarece outras questões referentes ao IAS 39. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2015 |
| <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas | <ul style="list-style-type: none"> • Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |

Notas Explicativas

- | | | |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 11 - Contratos Compartilhados | <ul style="list-style-type: none"> • Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades | <ul style="list-style-type: none"> • Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| <ul style="list-style-type: none"> • IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo | <ul style="list-style-type: none"> • Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| <ul style="list-style-type: none"> • IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras | <ul style="list-style-type: none"> • Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. • Apresenta esclarecimentos sobre a forma como o resultado é apresentado. | <ul style="list-style-type: none"> • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 • Aplicável aos períodos iniciados em ou após 1º julho de 2012. |

Notas Explicativas

- | | | |
|--|---|---|
| • IAS 12 – Tributos sobre o lucro | • Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40. | • Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012 |
| • IAS 19 - Benefícios aos Empregados | • Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. | • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| • IAS 27 – Demonstrações Consolidadas e Separadas | • Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos. | • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| • IAS 28 - Investimentos em Associadas e Coligadas | • Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12. Esclarece os conceitos de “Influência Significativa”, exemplos para aplicação do método de equivalência patrimonial e como realizar testes de impairment para coligadas e coligadas em conjunto. | • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013 |
| • IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação | • Apresenta orientação de aplicação na apresentação da compensação de ativos e passivos financeiros. | • Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014 |

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de

Notas Explicativas

proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “Liability Method”, equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos exercícios e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo no encerramento do exercício, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos exercícios.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável. Até a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nenhuma evidência foi identificada.

Notas Explicativas

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual.

A Companhia avalia anualmente a recuperação do ágio de investimento e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperação do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperação do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de novas perdas por recuperação de ágio.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. CONSOLIDAÇÃO SOCIETÁRIA

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas. Nas controladas foram destacadas as participações dos acionistas não controladores.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e todas as demais movimentações

Notas Explicativas

de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média anual, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio da data de encerramento do exercício.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício, sobre o patrimônio líquido no início do exercício, são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro ou prejuízo acumulado do exercício é registrada à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício. As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". No caso da ocorrência de alienação total ou parcial de uma participação em uma empresa controlada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento, conforme CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

<u>Controladas diretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	75,00	75,00

<u>Controladas indiretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	100,00	100,00
Pop Art S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Argentina S.A.	100,00	100,00
Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Chile S.A.	100,00	100,00
Ticketmaster Chile S.A.	100,00	100,00
Promaser S.A.	100,00	100,00

Notas Explicativas

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional relacionado com a indústria do entretenimento e marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. (controlada integral - 99,99%) - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos em casas de espetáculos, teatros, cinemas, ginásios e estádios; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias diretamente relacionadas à indústria do entretenimento; a prestação de serviços de informatização de bilheteria, mediante o fornecimento de tecnologia e assistência técnica; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (controladas integrais - 100%) - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento ou aporte de capital em companhias constituídas ou a serem constituídas, na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A.- 95%, Ticketmaster Argentina S.A. - 95%, Ticketek Argentina S.A. - 5%, Clemente Lococo S.A. - 95%, Pop Art S.A. - 100%, T4F Chile S.A. - 99,31%, Ticketmaster Chile S.A. - 99,35% e B.A. Inversiones S.A. - 5%. Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. - 41,07%, T4F Entretenimientos Argentina S.A. - 5%, Clemente Lococo S.A. - 5%, Ticketek Argentina S.A. - 95% e Ticketmaster Argentina S.A. - 5%.
- Ticket CO. SpA. (controlada integral - 100%), localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a referida Companhia está inoperante.
- T4F USA Inc. (controlada integral - 100%) - constituída em 26 de novembro de 2007 no estado da Flórida - EUA, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. (controlada - 75%) - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos, sendo atualmente a responsável pela promoção das corridas de “stock car” no Brasil.

Notas Explicativas**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	7.946	787	24.354	29.479
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento multimercado (a)	-	-	5.434	5.076
Certificado de Depósito Bancário - CDBs/Certificado de Depósito Interbancário - CDI (b)	60.982	10.619	65.905	15.613
Operação compromissada - DI (c)	156.083	58.453	166.161	70.766
Money Market (d)	-	-	1.423	-
Total	<u>225.011</u>	<u>69.859</u>	<u>263.277</u>	<u>120.934</u>

- a) Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas da Argentina e do Chile, com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e rentabilidade vinculada a preço de mercado.
- b) CDBs a prazo fixo, com liquidez imediata, remunerados por taxas de 98% a 102% da variação do CDI (98% a 101% em 31 de dezembro de 2010), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- c) Depósitos a prazo fixo com um mercado de liquidez imediata, remunerados por taxas de 75% a 101,5% (99% a 102,2% em 31 de dezembro de 2010) da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Essas operações estão classificadas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- d) Aplicação no exterior de liquidez imediata em Money Market, com rendimento de 0,60% ao ano, sem prejuízo no resgate. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo é de US\$759 mil.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais explorados pela Companhia, mantidos em nome da mesma ou de suas controladas no Banco do Brasil S.A. e vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (vide nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa no consolidado é de R\$14.457 (R\$6.595 em 31 de dezembro de 2010). Em 31 de dezembro de 2011, estavam aplicados R\$9.600 em CDB/CDI a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxa média de 99,25% da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. O valor remanescente era mantido em conta corrente.

Notas Explicativas**8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

a) São compostas por:

	Controlador		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Cientes faturados (i)	4.401	6.580	17.414	23.302
Bilheteria (ii)	21.289	19.797	28.302	36.488
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	16.757	8.127	17.896	8.414
Total das contas a receber	42.447	34.504	63.612	68.204
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(144)	(137)	(1.072)	(2.107)
Total	42.303	34.367	62.540	66.097

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Contas a receber originadas pela venda de ingressos efetuada por meio de administradoras de cartão de crédito.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes, camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
A vencer:	40.909	33.714	51.377	49.082
Vencidas:				
Até 30 dias	1.390	636	5.473	14.777
De 31 a 60 dias	4	17	2.990	1.289
De 61 a 90 dias	-	-	378	672
De 91 a 180 dias	39	-	928	234
Há mais de 180 dias	105	137	2.466	2.150
Total das contas a receber	42.447	34.504	63.612	68.204

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto, a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente.

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	357	6.923
Adições	545	2.744
Reversões e baixas	(765)	(7.560)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	137	2.107
Adições	1.814	2.136
Reversões e baixas	(1.807)	(3.171)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	144	1.072

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
IRPJ/CSLL - antecipações	1.178	34	4.542	5.047
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	400	1.129	3.059	1.547
Programa de Integração Social - PIS	18	-	78	39
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	81	-	360	180
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	259	868
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	4.351	4.562
Outros	145	256	532	2.215
Total	<u>1.822</u>	<u>1.419</u>	<u>13.181</u>	<u>14.458</u>

- (i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	3.714	1.251	6.991	4.054
Outros	217	565	517	838
Total	<u>3.931</u>	<u>1.816</u>	<u>7.508</u>	<u>4.892</u>

Notas Explicativas

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores para a realização de eventos, shows e espetáculos, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá a medida em que forem realizados.

11. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se principalmente a valores desembolsados com antecedência para a realização de eventos, shows e espetáculos, substancialmente representados por cachês aos artistas e aparatos da produção dos shows, sendo apropriados ao resultado à medida que os eventos ocorrem.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Eventos, shows e espetáculos contratados	23.870	19.531	50.667	32.494
Outras	556	495	2.479	2.838
Total	<u>24.426</u>	<u>20.026</u>	<u>53.146</u>	<u>35.332</u>
Circulante	24.303	19.964	52.520	34.693
Não circulante	123	62	627	639

As parcelas para a apropriação no resultado, para os eventos, shows e espetáculos contratados, tem a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
	2011	2011
Ano		
1º trimestre de 2012	21.843	23.591
2º trimestre de 2012	1.435	23.570
3º trimestre de 2012	469	1.114
4º trimestre de 2012	-	1.765
A partir de 2013	123	627
Total	<u>23.870</u>	<u>50.667</u>

12. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas do Grupo**a) Em 31 de dezembro de 2011**Controladora

Notas Explicativas

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Despesa financeira</u>	<u>Receita financeira</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	77	-	-	-
B.A. Inversiones S.A.	435	-	(50)	66
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	4.072	-	(11)	302
Metropolitan Empreendimentos S.A.	-	252	-	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (iii)	1.260	-	-	152
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	90	-	-
T4F Chile S.A. (iv)	-	14.276	(4.411)	2.779
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	1.784	-	(516)	835
T4F Inversiones S.A. (ii)	12.532	-	(1.397)	3.058
T4F USA Inc.	-	271	(52)	24
Vicar Promoções Desportivas S.A.	108	-	-	-
Total	<u>20.268</u>	<u>14.889</u>	<u>(6.437)</u>	<u>7.216</u>

Consolidado

	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Despesa financeira</u>	<u>Receita financeira</u>
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	6.069	-	(11)	530
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (iii)	1.260	-	-	152
Total	<u>7.329</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>682</u>

b) Em 31 de dezembro de 2010

Controladora

Notas Explicativas

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Despesa financeira	Receita financeira
Área Marketing Brasil Ltda.	452	-	-	-
B.A. Inversiones S.A.	484	-	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	11.360	-	(46)	2.698
Fernando Luiz Alterio (iii)	-	-	(24)	317
Metropolitan Empreendimentos S.A.	119	-	-	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (iii)	969	-	-	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	120	-	-
T4F Chile S.A. (iv)	-	13.371	(2.421)	3.371
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	1.241	-	(2.099)	3.381
T4F Inversiones S.A. (ii)	11.783	-	-	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	101	-	-	-
Total	26.509	13.491	(4.590)	9.767

Consolidado

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Despesa financeira	Receita financeira
CIE Internacional S.A. de C.V. (iii)	12.231	-	(46)	2.698
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V. (iii)	833	-	-	-
Total	13.064	-	(46)	2.698

- (i) Representado principalmente pelo contrato de mútuo assinado em 1º de julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A., em decorrência da deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, no montante de AR\$5.206 mil, não será integralizado ao capital social da referida controlada. Tais aportes, até então registrados no patrimônio líquido da controlada e na rubrica “Investimentos em controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes serão atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos.
- (ii) Representado principalmente pelo contrato de mútuo assinado em 1º de julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Inversiones S.A., em decorrência da deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, no montante de AR\$25.654 mil, não será integralizado ao capital social da referida controlada. Tais aportes, até então registrados no patrimônio líquido da controlada e na rubrica “Investimentos em controladas” na controladora, foram reclassificados para as contas de transações entre partes relacionadas. Os montantes serão atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% após o segundo ano do contrato, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos.
- (iii) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE

Notas Explicativas

Internacional S.A. de C.V., OCESA Entretenimientos S.A. e de C.V. e com o atual acionista controlador Fernando Luiz Alterio, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em atendimento a esses contratos em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui a receber da CIE Internacional S.A. de C.V. os montantes de R\$4.072 na controladora e de R\$6.069 no consolidado, e possui a receber da OCESA Entretenimientos S.A. de C.V. os montantes de R\$145 na controladora e consolidado. Esses saldos são atualizados pela variação do CDI.

A parcela de dividendos distribuídos pela Companhia e pagos em 30 de março de 2011 ao ex-acionista controlador CIE Internacional S.A. de C.V., no montante de R\$8.804, foi retida para liquidação parcial desse valor.

- (iv) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$8.000 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para suprimento de caixa e para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo de vencimento.

12.2. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	2011		
	Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	246	-	246
Diretores estatutários	4.789	2.644	7.433
Total	5.035	2.644	7.679

Controladora	2010		
	Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	246	-	246
Diretores estatutários	2.201	185	2.386
Total	2.447	185	2.632

Notas Explicativas

Consolidado	2011		
	Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	246	-	246
Diretores estatutários	5.040	2.862	7.902
	<u>5.286</u>	<u>2.862</u>	<u>8.148</u>

Consolidado	2010		
	Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total
Conselho de Administração	246	-	246
Diretores estatutários	2.858	393	3.251
	<u>3.104</u>	<u>393</u>	<u>3.497</u>

(*) Refere-se aos pagamentos de participação nos resultados registrados nos exercícios. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores.

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS**a) Informações das controladas****a.1) 31 de dezembro de 2011**

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro	Participação - %	Equivalência	Dividendos	Investimentos
		líquido do exercício		patrimonial 2011	2011 (i)	em controladas 2011
Área Marketing Brasil Ltda.	1.124	79	99,99	79	(245)	1.124
Metropolitan Empreendimentos S.A.	9.126	890	99,99	890	(211)	9.126
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	4.883	6.431	99,99	6.431	(5.249)	4.883
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	51.371	5.482	100,00	5.482	-	51.371
T4F USA Inc.	2.020	627	100,00	627	-	2.020
Vicar Promoções Desportivas S.A.	11.402	4.030	75,00	3.022	(718)	8.552
Total				<u>16.531</u>	<u>(6.423)</u>	<u>77.076</u>

(i) Os valores de dividendos recebidos em 2011 referente exercício de 2010 foram de R\$6.406.

Notas Explicativas

a.2) 31 de dezembro de 2010

	Patrimônio	Lucro (prejuízo) líquido do	Participação	Equivalência	Dividendos	Investimentos
Controladas diretas ou indiretas	líquido	exercício	- %	patrimonial	2010 (i)	em controladas
				2010	2010	2010
Área Marketing Brasil Ltda.	1.290	440	99,99	440	-	1.290
Metropolitan Empreendimentos S.A.	8.448	(152)	99,99	(152)	-	8.448
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	3.702	4.856	99,99	4.856	(5.443)	3.702
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	43.569	7.059	100,00	7.059	-	43.569
T4F USA Inc.	1.228	418	100,00	418	-	1.228
Vicar Promoções Desportivas S.A.	8.331	7.435	75,00	5.578	(4.649)	6.245
Total				<u>18.199</u>	<u>(10.092)</u>	<u>64.482</u>

(i) Os valores de dividendos recebidos em 2010 referente exercício de 2009 foram de R\$9.365.

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas”

	2011	2010
Saldo do investimento líquido em 1º de janeiro	64.482	53.663
Equivalência patrimonial	16.531	18.199
Variação cambial na conversão de operações no exterior	2.486	2.712
Dividendos de controladas	(6.423)	(10.092)
Saldo do investimento líquido em 31 de dezembro	<u>77.076</u>	<u>64.482</u>

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.204	83.204	83.204	83.204
Empresas adquiridas na Argentina:				
Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A. (v)	-	-	6.608	6.357
Total	<u>128.717</u>	<u>128.717</u>	<u>135.325</u>	<u>135.074</u>

- (i) Até o ano 2006, por ocasião de aquisição de participação acionária, a Companhia passou a ser detentora de 55% do capital social da Vicar Promoções Desportivas S.A., gerando para tal um ágio no valor R\$6.168.

Em 3 de dezembro de 2007, o Acordo de Investimento e Outras Avenças foi aditado, resultando na revisão do valor pago anteriormente pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.774. Além disso, em atendimento à cláusula contratual contida no acordo original,

Notas Explicativas

especificamente com relação à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007, comparando-o com aquele definido no acordo, houve ajuste complementar no valor pago de R\$255. Em decorrência desse fato, foi registrado na Companhia o complemento do ágio no montante total de R\$5.029.

Em 10 de junho de 2009, o Acordo foi novamente aditado, resultando em nova revisão do valor pago pela Vicar Promoções Desportivas S.A. à época e, conseqüentemente, ajustou o preço das ações então adquiridas em R\$4.152; a diferença de preço de R\$621 foi paga à Companhia em 7 de julho de 2009, quando também foi pago o valor de R\$255, referente à apuração do capital de giro líquido em 31 de dezembro de 2007. Nessa mesma data, a Companhia adquiriu de terceiros uma participação adicional de 20% do capital social da controlada (60 ações), gerando um ágio total de R\$6.421. De acordo com a IFRS 3 – Combinações de empresas (revisada em 2008) uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco algum ganho ou perda sobre algum decréscimo de participação; portanto, a Companhia registrou o excesso pago para a obtenção da participação minoritária como uma redução do patrimônio líquido.

- (ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem.
- (iii) Como parte da reestruturação societária ocorrida em maio de 2007, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas diretos e indiretos, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão com a participação dos acionistas.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação e em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, no montante de R\$237.361, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio é de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante.

Esse ajuste foi registrado para atendimento restrito às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99, uma vez que resultou de incorporação reversa (a Companhia incorporou sua controladora direta), embora permaneçam válidos os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio. Por esse motivo, o saldo desse ágio, mesmo com seu valor reduzido à

Notas Explicativas

zero por meio de provisão efetuada na própria ADTSPE, não produzirá efeito nas demonstrações financeiras dos acionistas controladores.

- (iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou um ágio no valor de R\$96.853, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Esse ágio foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2007. Em contrato celebrado em 2 de agosto de 2007, a Companhia alienou 1.200 ações da empresa B.A. Inversiones S.A., representativas de 5% do capital social, à T4F Inversiones S.A. pelo valor de R\$1.873, equivalente a US\$1.000 mil. Com a operação, a Companhia realizou proporcionalmente o ágio e o investimento na controlada nos montantes de R\$2.092 e R\$143, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2008 e 31 de julho de 2009, a Companhia registrou uma recuperação parcial desse ágio, no valor de R\$1.542, equivalente a US\$660 mil, e de R\$506, equivalente a US\$270 mil, respectivamente, pela indenização por parte do acionista anterior, CIE Internacional S.A. de C.V., de certos passivos registrados pelas controladas Pop Art S.A. e Ticketek Argentina S.A., quando da aquisição destas pela Companhia.
- (v) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A.. No caso da Pop Art S.A., em 14 de maio de 2007, as controladas adquiriram os 49% das ações, gerando um ágio de R\$6.435, que, somado ao ágio gerado na aquisição inicial de R\$3.683, resulta em R\$10.118. Em relação à Ticketek Argentina S.A., as controladas adquiriram essa empresa em 16 de maio de 2006, gerando um ágio total de R\$641. Tais ágios foram amortizados até 31 de dezembro de 2007, passando a serem testados pelos seus valores recuperáveis a partir de então.

Em 31 de dezembro de 2011, os ágios foram submetidos ao teste de “impairment”; o valor recuperável das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio e uma taxa de desconto após impostos de 11,92% ao ano. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa de 3%, a qual não excede o crescimento do produto interno bruto e/ou de mercado, esperado no Brasil. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foram as seguintes:

Notas ExplicativasIncremento na receita líquida

A Administração projeta o crescimento da receita líquida com foco na expansão geográfica, expansão operacional e incremento de shows nas praças onde já atua de forma verticalizada (São Paulo e Rio de Janeiro). O foco da expansão geográfica está nas principais capitais do Brasil, com potencial de público ainda pouco explorado. Adicionalmente, será incrementada a quantidade de shows nas praças em que já atua, associada à crescente demanda identificada em períodos anteriores ao período em que foram efetuadas as projeções.

Margem bruta projetada

Margem bruta projetada reflete o incremento de atividade, associada a esperadas melhorias de eficiência.

Inflação dos preços dos ingressos

Foram consideradas, para elaboração dos preços dos ingressos, as previsões para os índices de preços ao consumidor para o período das projeções dos países em que a Companhia atua.

14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS**a) Composição do imobilizado**

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
Custo reavaliado:					
Terrenos	-	-	-	465	448
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	82.871	77.164	106.999	98.874
Móveis e utensílios	6	7.110	4.353	11.090	7.737
Máquinas e equipamentos	7	14.532	10.344	19.408	14.880
Equipamentos de processamento de dados	17	5.800	5.362	9.778	8.640
Veículos	20	661	357	4.195	527
Adiantamento de imobilizado	-	150	-	176	-
Total		<u>111.124</u>	<u>97.580</u>	<u>152.111</u>	<u>131.106</u>

Notas Explicativas

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	31/12/10
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(76.395)	(76.135)	(93.165)	(90.975)
Móveis e utensílios	6	(2.181)	(1.899)	(4.618)	(4.079)
Máquinas e equipamentos	7	(4.638)	(4.364)	(7.118)	(6.610)
Equipamentos de processamento de dados	17	(3.668)	(2.827)	(6.892)	(5.593)
Veículos	20	(303)	(232)	(728)	(397)
Total		<u>(87.185)</u>	<u>(85.457)</u>	<u>(112.521)</u>	<u>(107.654)</u>
Imobilizado líquido:					
Terrenos		-	-	465	448
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros		6.476	1.029	13.834	7.899
Móveis e utensílios		4.929	2.454	6.472	3.658
Máquinas e equipamentos		9.894	5.980	12.290	8.270
Equipamentos de processamento de dados		2.132	2.535	2.886	3.048
Veículos		358	125	3.467	129
Adiantamento de imobilizado		150	-	176	-
Total		<u>23.939</u>	<u>12.123</u>	<u>39.590</u>	<u>23.452</u>

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada pela Companhia a reavaliação no montante de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

A rubrica “Outros intangíveis” representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	31/12/10
Custo	-	4.874	4.243	11.728	9.660
Amortização	20	(2.824)	(2.299)	(8.375)	(7.499)
Total		<u>2.050</u>	<u>1.944</u>	<u>3.353</u>	<u>2.161</u>

Notas Explicativas

c) Composição do imobilizado reavaliado:

	2011		
	Controladora		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	789	(281)	508
Máquinas e equipamentos	2.339	(568)	1.771
Equipamentos de processamento de dados	367	(239)	128
	<u>30.369</u>	<u>(27.962)</u>	<u>2.407</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			<u>(818)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011			<u>1.589</u>

	2011		
	Consolidado		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	1.378	(642)	736
Máquinas e equipamentos	4.151	(1.567)	2.584
Equipamentos de processamento de dados	494	(346)	148
	<u>32.897</u>	<u>(29.429)</u>	<u>3.468</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			<u>(1.179)</u>
Eliminações do consolidado (i)			<u>(700)</u>
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011			<u>1.589</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

Notas Explicativas

	2010		
	Controladora		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	790	(235)	555
Máquinas e equipamentos	2.399	(491)	1.908
Equipamentos de processamento de dados	367	(216)	151
	<u>30.430</u>	<u>(27.816)</u>	2.614
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(888)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010			<u>1.726</u>

	2010		
	Consolidado		
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	26.874	(26.874)	-
Móveis e utensílios	1.386	(574)	812
Máquinas e equipamentos	4.211	(1.439)	2.772
Equipamentos de processamento de dados	494	(315)	179
	<u>32.965</u>	<u>(29.202)</u>	3.763
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(1.280)
Eliminações do consolidado (i)			(757)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010			<u>1.726</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

Notas Explicativas**d) Mutação do imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial em 31/12/10	12.123	12.272	23.453	24.807
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	5.740	568	7.732	4.138
Móveis e utensílios	2.807	249	3.372	347
Máquinas e equipamentos	4.883	459	5.276	904
Equipamentos de processamento de dados	967	835	1.524	979
Veículos	304	28	3.668	28
Adiantamento de imobilizado	150	-	163	-
Total de adições	14.851	2.139	21.735	6.396
Baixas líquidas	(843)	(135)	(877)	(2.862)
Depreciação	(2.192)	(2.153)	(4.909)	(4.428)
Efeitos de variação cambial	-	-	188	(461)
Saldo final	23.939	12.123	39.590	23.452

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$2.879, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial em 31/12/10	1.944	1.688	2.161	2.013
Adições:				
- Software	631	639	1.855	715
(-) Amortização	(525)	(383)	(671)	(538)
Outras	-	-	8	(29)
Saldo final	2.050	1.944	3.353	2.161

Anualmente, em atendimento ao CPC 01, os ativos imobilizados e intangíveis da Companhia são submetidos ao teste de “impairment”, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados, para avaliação da existência de eventuais perdas a serem reconhecidas. Em 31 de dezembro de 2011, a análise de “impairment” preparada pela Administração da Companhia não indicou nenhuma perda a ser registrada.

Notas Explicativas**15. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores nacionais	17.225	12.401	37.204	33.888
Fornecedores estrangeiros	6.100	2.375	8.175	2.587
Total	<u>23.325</u>	<u>14.776</u>	<u>45.379</u>	<u>36.475</u>

16. DEBÊNTURES

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010, com o Banco Bradesco BBI S.A., o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido de acordo com o CPC 08.

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora e Consolidado	
		2011	2010
Debêntures	CDI + 1,47 a 2,09	<u>135.681</u>	<u>150.276</u>
Parcela do passivo circulante		41.931	19.026
Parcela do passivo não circulante		93.750	131.250

a) Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir:

- i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial.
- ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária.
- iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado.
- iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15.000.

Notas Explicativas

- v) Alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim.
 - vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura das debêntures.
 - vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.
 - viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
 - ix) Redução de capital social da Companhia em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados.
 - x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures.
- b) As debêntures são garantidas por:
- i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, das ações representativas de 100% do capital social da Companhia.
 - ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, da totalidade dos direitos de crédito decorrentes dos contratos de patrocínio em vigor na data de assinatura da escritura de emissão.
 - iii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, em favor dos titulares das debêntures, representados pelo agente fiduciário, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito das bandeiras de cartão de crédito.

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado
<u>Ano</u>	
2013	37.500
2014	37.500
2015	18.750
Total	<u>93.750</u>

Notas Explicativas**17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
COFINS a recolher	2	1.889	203	2.176
PIS a recolher	1	413	47	478
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.659	4.827	5.069	4.951
Parcelamento - ISS (b)	-	-	170	418
IRPJ e CSLL a recolher	1.245	-	5.063	3.975
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (c)	615	1.081	615	1.081
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2	2	42	55
Imposto sobre faturamento (a)	-	-	2.010	2.279
IVA	-	-	1.558	969
PIS e COFINS - parcelamento	78	217	78	217
Outros	463	542	1.342	824
Passivo circulante	<u>7.065</u>	<u>8.971</u>	<u>16.197</u>	<u>17.423</u>
PIS/COFINS	-	73	-	73
Parcelamento de ISS (b)	-	-	-	139
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (c) (d)	6.113	9.731	6.113	9.731
Imposto sobre faturamento (a)	-	-	2.313	3.174
Passivo não circulante	<u>6.113</u>	<u>9.804</u>	<u>8.426</u>	<u>13.117</u>

- (a) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.
- (b) A Metropolitan Empreendimentos S.A. solicitou parcelamento dos débitos de ISS referentes ao período de 1999 a 2000, o qual foi aprovado pela Secretaria Municipal de Finanças; os recolhimentos iniciaram-se a partir de maio de 2007. O valor principal do parcelamento foi de R\$834 e da multa de mora de R\$1.255, e o prazo para a liquidação é de 60 parcelas. Sobre cada parcela da dívida incidem juros de 1%, calculados sobre o valor da parcela inicial. Ao final de cada ano, o saldo devedor será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.
- (c) Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, atendendo ao prazo previsto pela Lei, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em novembro de 2009 para débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. A consolidação deste parcelamento foi concretizada em 24 de

Notas Explicativas

junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento.

Conforme previsto em referida Lei, ao aderir a tal parcelamento, a Companhia se beneficia da redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida. Adicionalmente, a Companhia poderia optar pelo pagamento ou parcelamento dos débitos, podendo liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios remanescentes, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, não reduzidos nos critérios da referida Lei, com a utilização de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social próprios.

Sendo assim, o valor consolidado destes débitos foi no montante de R\$10.147, tendo a Companhia optado em liquidar parte destes débitos com o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de R\$3.344 e R\$1.204, respectivamente, reconhecidos no resultado financeiro, para compensação de multas e juros referentes aos processos. Sendo assim, o saldo restante objeto do parcelamento, foi no montante de R\$5.599, para pagamento em 120 meses, cujo início foi a partir de junho de 2011. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo remanescente era de R\$5.195.

(d) Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei Municipal nº 15.406/11

Em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe a reabertura do prazo, no exercício de 2011, para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários administrados pela Prefeitura do Município de São Paulo.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, atendendo ao prazo previsto pela Lei, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada pela Administração e de seus assessores jurídicos como sendo possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 pela Prefeitura do Município de São Paulo sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos estão sendo objeto de pleito de parcelamento.

Sendo assim, o valor consolidado foi negociado para pagamento em 120 meses.

Em 31 de dezembro de 2011 os débitos tributários inscritos no parcelamento pela Companhia, conforme Lei 15.406/11, é de R\$1.533.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os adiantamentos de clientes referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, “merchandise” e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado do exercício à medida que os serviços forem prestados.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Contratos de “naming rights” (a)	1.253	1.124	1.739	1.715
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	7.361	32.422	19.086	35.296
Eventos privados (b.2)	600	336	1.100	1.565
Vendas antecipadas de ingressos (c)	46.522	52.447	47.347	73.231
Intermediação de shows	-	-	114	1.483
Passivo circulante	<u>55.736</u>	<u>86.329</u>	<u>69.386</u>	<u>113.290</u>
Patrocínios - suítes e camarotes (b.1)	-	1.313	-	1.313
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>1.313</u>	<u>-</u>	<u>1.313</u>

(a) Contratos de “naming rights”

Consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador em todas as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, geralmente as empresas, para uso em todo espetáculo artístico e cultural aberto ao público em geral, por período determinado e mediante pagamento de determinado valor por tal uso.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, em caráter precário e temporário, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas, mediante o pagamento de determinado valor.

(c) Vendas antecipadas de ingressos

Referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

Notas Explicativas**19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA**Lei Rouanet

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99.

Os valores recebidos pela Companhia são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto em uma instituição financeira determinada pelo Ministério da Cultura e apresentados na rubrica “Caixa restrito”, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos para a realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar no fim do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado.

A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora	Nº Pronac	Valor aprovado	2011	2010
A Bela e a Fera	08 10063	183	-	-
As Bruxas de Eastwick	10 10472	5.967	3	-
CATS - O Musical - São Paulo	09 5007	6.155	-	253
Disney On Ice - São Paulo e Rio de Janeiro	10 12549	5.117	-	-
A Família Addams	11 7286	13.617	8.650	-
Grande Ballet Moscou	09 0576	1.867	-	-
Mamma Mia	09 7620	13.396	1.490	3.132
Sky Mirage	10 12564	5.893	51	-
Titanic	10 12582	2.986	1.136	-
Total		<u>55.181</u>	<u>11.330</u>	<u>3.385</u>

Notas Explicativas

Consolidado	Nº Pronac	Valor aprovado	2011	2010
A Bela e a Fera	08 10063	183	-	-
As Bruxas de Eastwick	10 10472	5.967	3	-
CATS - O Musical - São Paulo	09 5007	6.155	-	253
Disney On Ice - São Paulo e Rio de Janeiro	10 12549	5.117	-	-
A Família Addams	11 7286	13.617	8.650	-
Grande Ballet Moscou	09 0576	1.867	-	-
Mamma Mia	09 7620	13.396	1.490	3.132
Sky Mirage	10 12564	5.893	51	-
Slava's	09 6299	3.231	-	40
Stomp	09 4969	2.093	-	41
Titanic	10 12582	2.986	1.136	-
Total		<u>60.505</u>	<u>11.330</u>	<u>3.466</u>

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora	31/12/10	Adições	Baixas	31/12/11
As Bruxas de Eastwick	-	4.824	(4.821)	3
CATS - O Musical - São Paulo	253	156	(409)	-
A Família Addams	-	8.650	-	8.650
Mamma Mia	3.132	7.813	(9.455)	1.490
Sky Mirage	-	2.246	(2.195)	51
Titanic	-	1.714	(578)	1.136
Total	<u>3.385</u>	<u>25.403</u>	<u>(17.458)</u>	<u>11.330</u>

Controladora	31/12/09	Adições	Baixas	31/12/10
A Bela e a Fera	183	82	(265)	-
Grande Ballet Moscou	1.744	226	(1.970)	-
CATS - O Musical - São Paulo	80	11.962	(11.789)	253
Mamma Mia	-	4.984	(1.852)	3.132
CATS - O Musical - Rio de Janeiro	-	416	(416)	-
Total	<u>2.007</u>	<u>17.670</u>	<u>(16.292)</u>	<u>3.385</u>

Notas Explicativas

Consolidado	31/12/10	Adições	Baixas	31/12/11
As Bruxas de Eastwick	-	4.824	(4.821)	3
CATS - O Musical - São Paulo	253	156	(409)	-
Disney On Ice - São Paulo e Rio de Janeiro	-	2.950	(2.950)	-
A Família Addams	-	8.650	-	8.650
Mamma Mia	3.132	7.813	(9.455)	1.490
Sky Mirage	-	2.246	(2.195)	51
Slava's	40	-	(40)	-
Stomp	41	-	(41)	-
Titanic	-	1.714	(578)	1.136
Total	<u>3.466</u>	<u>28.353</u>	<u>(20.489)</u>	<u>11.330</u>

Consolidado	31/12/09	Adições	Baixas	31/12/10
A Bela e a Fera	183	82	(265)	-
Grande Ballet Moscou	1.744	226	(1.970)	-
CATS - O Musical - São Paulo	80	11.962	(11.789)	253
Mamma Mia	-	4.984	(1.852)	3.132
CATS - O Musical - Rio de Janeiro	-	416	(416)	-
Slava's	-	3.231	(3.191)	40
Stomp	-	3.740	(3.699)	41
Total	<u>2.007</u>	<u>24.641</u>	<u>(23.182)</u>	<u>3.466</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A Companhia mantém, com sua ex-acionista controladora CIE Internacional S.A. de C.V., contratos em que esta se responsabilizou por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos antes de 1º de dezembro de 2000 (nesse caso, a acionista CIE Internacional S.A. de C.V. será responsável por 100% das contingências apuradas) e entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007 (nesse caso a responsabilidade da CIE Internacional S.A. de C.V. e de Fernando Luiz Alterio será devida na proporção das respectivas participações então detidas à época do fato gerador), que resultem em perdas definitivas e com desembolsos para a Companhia, desde que tais perdas excedam o montante de US\$5.000, respeitadas as condições do citado contrato. Não obstante, a CIE Internacional S.A. de C.V. é, nos termos do contrato de subscrição de ações, 100% responsável por contingências de qualquer natureza relacionadas às controladas localizadas na Argentina e no Chile que tenham fato gerador anterior a 14 de maio de 2007. Considerando os acontecimentos ocorridos dessa natureza até 31 de dezembro de 2011 e em atendimento ao referido contrato, a CIE Internacional S.A. de C.V. tem a reembolsar à Companhia o valor total de R\$4.072 conforme nota explicativa nº 12.

Adicionalmente, a Companhia possui uma garantia incondicional de pagamento, integral e à vista, em fiança constituída de acordo com as leis do Distrito Federal do México, outorgada por Corporación Interamericana de Entretenimiento, S.A.B. de C.V., uma companhia mexicana de capital aberto, controladora da CIE Internacional S.A. de C.V., que poderá ser executada pela

Notas Explicativas

Companhia a qualquer tempo, caso a obrigação de pagar as referidas perdas indenizáveis, previstas nos contratos de compra e venda, e de subscrição de ações, não seja cumprida pela CIE Internacional S.A. de C.V.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas	7.376	14.210	8.144	14.797
Cíveis	8.059	5.895	9.374	7.714
Tributários	1.756	2.641	4.597	6.898
Total	17.191	22.746	22.115	29.409
Circulante	3.034	6.972	3.182	7.494
Não circulante	14.157	15.774	18.933	21.915

20.1) Processos tributários

A Companhia e suas controladas constituem provisão de natureza tributária cuja probabilidade de perda é provável e conforme opinião dos assessores jurídicos totaliza R\$4.597 (R\$6.898 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais riscos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$28.084.

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) Processos relativos à ISS: a maioria dos processos tributários, judiciais ou administrativos envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto acrescido de multa e juros legais. Em 31 de dezembro de 2011 o montante global desses processos, classificados como perda possível é de aproximadamente R\$7.104, não há processos classificados como perda provável. Em todos esses processos a Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento definitivo na esfera administrativa ou judicial. Nos casos de processos judiciais, a Companhia ofereceu garantia mediante depósito em dinheiro, cartas de fiança ou nomeação de bens móveis de sua propriedade. Tais processos são relativos principalmente ao ISS com a Prefeitura do Município de São Paulo e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A Companhia alega a ilegalidade e discute a incidência desse imposto sobre a prestação de serviços para ingressos cancelados, cortesia, serviços de entretenimento, receitas de aluguel de suítes e espaços para eventos e cessão de espaços.

Em fevereiro de 2011 a Companhia impetrou mandado de segurança contra o Município de São Paulo, com o objetivo de afastar qualquer ato tendente a exigir da Companhia o recolhimento de ISS em razão da isenção tributária prevista na Lei Municipal nº 15.134/10. A liminar foi concedida em 7 de fevereiro de 2011 e, posteriormente,

Notas Explicativas

confirmada por meio de sentença favorável à Companhia de 19 de abril de 2011, que reconheceu seu direito à isenção prevista na citada Lei. Atualmente, aguarda-se julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas partes. O montante do imposto, objeto da discussão, no período compreendido entre abril de 2010 até 31 de dezembro de 2011, é de R\$3.615. Conforme assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desse caso é possível.

- b) A Companhia, em dezembro de 2009, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, para cujo processo se discute o valor de R\$7.360, que decorre, em suma, da cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2011 o valor atualizado do processo é R\$8.669.
- c) A Companhia, em julho de 2010, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, sendo discutido o valor de R\$2.279, decorrente, em suma, da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Tecnologia, instituída pela Lei nº 10.168/00, os quais foram acrescidos de multa de ofício (75%) e juros de mora, referentes ao ano-calendário 2007. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração citado e espera julgamento na instância administrativa; a opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2011 o valor atualizado do processo é R\$2.576.

20.2) Processos trabalhistas

A Companhia e suas controladas constituem provisão de natureza trabalhista e previdenciária cujo risco de perda é provável e conforme opinião dos assessores jurídicos totaliza R\$8.144 (R\$14.797 em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas, estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$3.197.

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) O processo, em trâmite perante a 30ª Vara do Trabalho de São Paulo, em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, em 31 de dezembro de 2011, estava em fase de execução provisória em primeira instância; havendo recurso de revista da Companhia pendente de julgamento. O valor bruto envolvido é de R\$1.805, cuja probabilidade de perda é provável.
- b) Processo/expediente que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, proposto por Roberto Costa contra as seguintes empresas: T4F Inversiones S.A., Ticketek Argentina S.A., T4F Entretenimientos Argentina S.A., B.A.

Notas Explicativas

Inversiones S.A., Pop Art S.A., Clemente Lococo S.A., Ticketmaster S.A. e T4F Entretenimento S.A. O reclamante questiona, em suma, diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa em 10 de dezembro de 2010, por cada uma das empresas reclamadas, aguardando a instrução e o julgamento do processo, sendo o valor envolvido de R\$3.415, cuja probabilidade de perda é possível.

20.3) Processos cíveis e outros

A Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis no montante de R\$9.374, classificados como risco de perda provável (R\$7.714 em 31 de dezembro de 2010). As principais alegações no Brasil advêm de violação as normas consumistas e negativas de venda de ingressos com 50% de desconto (decorrentes de leis referentes à “meia-entrada”) e na Argentina perseguem responsabilidade civil por perdas e danos, bem como direitos do consumidor.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais processos cíveis classificados como risco de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$61.514.

Dos processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a) O litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$29.510 em 31 de dezembro de 2011, correspondente a 1/3 do total pleiteado, conforme descrito a seguir: o processo, em trâmite perante a 10ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG, refere-se a uma ação de cobrança de multa, por alegado descumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube Atlético Mineiro persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência, o que o autorizará, se acolhidos os pedidos da demanda, a exigir e executar um, alguns ou todos os réus, de tal modo que aquele dos réus que satisfizer a obrigação poderá, subsequentemente, em regresso, buscar reaver dos demais os respectivos quinhões. Em 21 de fevereiro de 2011, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a inexistência de um pré-contrato vinculante entre as partes, bem como a impossibilidade de incidência da cláusula penal prevista no acordo de exclusividade pactuado. Atualmente, aguarda-se julgamento dos recursos apresentados pelas partes.
- b) A Companhia é autora reconvinda em demanda, em trâmite perante a 6ª Vara Cível de São Paulo, movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos, e a Galaxy do Brasil Ltda. pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de certas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy do Brasil Ltda. foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido do período de 31 de julho de 2003 a 24 de julho de 2005, com atualização monetária e juros de 0,5% ao mês desde a citação, além das custas e despesas processuais. Referido período foi reduzido para 1º de maio de

Notas Explicativas

2004 até 24 de junho de 2005, em julgamento de recurso de apelação da Companhia. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença, e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Em 31 de dezembro de 2011 a estimativa atualizada do referido processo é R\$6.497.

- c) Em 12 de agosto de 2011 a Companhia entrou com ação contra a TNL Participações S.A e Telemar Norte Leste S.A. Neste processo discute-se a rescisão de contrato de patrocínio firmado entre as partes. Em 16 de agosto de 2011, foi distribuída ação das autoras TNL Participações S.A e Telemar Norte Leste S.A contra a Companhia, na 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 26 de setembro de 2011 a Companhia apresentou sua contestação da ação. Atualmente os dois processos tramitam juntos na 30ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2011, o montante em discussão é de aproximadamente R\$3.042, e a probabilidade de perda da Companhia, foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível.
- d) A Companhia também figura no polo passivo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 2007, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial do Foro Central da Capital do Estado do Rio de Janeiro - RJ, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.000, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, quando da venda de ingressos nas bilheterias oficiais dos espetáculos. A Companhia apresentou defesa nesse processo, tendo havido sentença de improcedência do pedido autoral. Em 31 de dezembro de 2011, aguardava-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelo autor, (ii) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em trâmite perante a 25ª Vara Cível do Foro Central, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$300, em que se pede a abstenção de cobrança pela Companhia: (1) de taxa de conveniência quando da venda de ingressos na hipótese de venda eletrônica ou por telefone; e (2) de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. Além disso, o Ministério Público pede a condenação da Companhia à restituição aos consumidores dos valores pagos a título de taxa de conveniência e de entrega, após o trânsito em julgado da decisão. A Companhia já apresentou defesa e aguarda decisão de primeira instância. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2011 a estimativa atualizada do referido processo é de R\$467.
- e) A Companhia, nos anos 2010 e 2011, foi autuada pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, cujos autos de infração envolvem o valor de R\$1.770. Tais autuações decorrem da realização pela Companhia de pré-venda de ingressos a clientes de patrocinadores e limitação de venda de meia-entrada a estudantes no Município de São Paulo, entre outros atos que, segundo entendimento do PROCON, consistem em condutas infringentes ao Código de Defesa do Consumidor. Todos os processos tem probabilidade de perda avaliada como possível, e os autos de infração encontram-se em discussão na esfera administrativa. Caso esgotada a esfera administrativa sem sucesso da Companhia, esta poderá discutir tais autuações na esfera judicial.
- f) A Companhia é parte ativa de três ações renovatórias de contratos de locação dos imóveis, nos quais a mesma opera suas casas de espetáculos como segue:

Notas Explicativas

- (i) Citibank Hall – São Paulo, nesta ação de fevereiro de 2008, que tramita na 2ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movida contra a Associação Brasileira de Educação e Assistência – ABEA, as partes celebraram acordo que pôs fim ao processo, já provisionado pela Companhia.
- (ii) Credicard Hall – São Paulo, ação de julho de 2009, que tramita na 28ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movida contra a Companhia Horário Sabino Coimbra – Comércio e Participações Ltda. Em 31 de dezembro de 2011, o processo aguardava prolação da sentença, sendo que neste processo, que atualmente está em fase de produção de prova pericial, os assessores jurídicos da Companhia avaliam a probabilidade de perda como remota.
- (iii) Citibank Hall - Rio de Janeiro, ação de 20 de setembro de 2011, que tramita na 1ª Vara Cível do Foro Regional da Barra da Tijuca – Rio de Janeiro, movida contra as partes: Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS, ROVIP S.A., PRECE – Previdência Privada, Caixa de Previdência dos Funcionários do Sistema BANERJ – PREVIBANERJ, Janaf Empreendimentos e Participações Ltda., Arocenter Empreendimentos e Participações Ltda., e o Fundo de Investimentos Imobiliários Via Parque Shopping. Nesta ação, que se encontra em fase inicial, a Companhia pleiteia a renovação do aluguel, nos termos dos contratos aditivos celebrados entre as partes. O valor atribuído ao processo na distribuição é de aproximadamente R\$1.100 e a probabilidade de perda da Companhia foi avaliada como possível.
- g) Em 16 de Dezembro de 2011 a Companhia impetrou mandado de segurança contra o Governador e Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de ver declarada, de forma incidental, a inconstitucionalidade de artigos da Lei Estadual n.º 6.103, promulgada em 08 de Dezembro de 2011. A citada lei veio regulamentar, no Estado do Rio de Janeiro, a cobrança de taxa de conveniência pelas empresas prestadoras de serviços de venda de ingressos pela internet e/ou pelo telefone. A Companhia fez pedido liminar visando afastar qualquer ato tendente a exigir da Companhia e suas controladas o cumprimento de tais artigos da lei citada, quando da venda de ingressos para os shows já divulgados e para aqueles que venha promover, no Estado do Rio de Janeiro. O pedido liminar foi indeferido e há recurso da Companhia pendente de julgamento, e aguarda-se que as autoridades coatoras sejam intimadas a prestar suas informações, no processo. Conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desse processo é possível.

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Controladora	31/12/10	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/11
Trabalhistas	14.210	(6.992)	(208)	366	7.376
Cíveis	5.895	2.364	(200)	-	8.059
Tributários	2.641	(994)	-	109	1.756
Total	<u>22.746</u>	<u>(5.622)</u>	<u>(408)</u>	<u>475</u>	<u>17.191</u>

Notas Explicativas

Controladora	31/12/09	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/10
Trabalhistas	17.722	(3.873)	(182)	543	14.210
Cíveis	3.266	2.735	(106)	-	5.895
Tributários	3.565	(669)	(403)	148	2.641
Total	<u>24.553</u>	<u>(1.807)</u>	<u>(691)</u>	<u>691</u>	<u>22.746</u>

Consolidado	31/12/10	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	31/12/11
Trabalhistas	14.797	(6.914)	(208)	456	13	8.144
Cíveis	7.714	1.763	(200)	31	66	9.374
Tributários	6.898	(2.622)	-	228	93	4.597
Total	<u>29.409</u>	<u>(7.773)</u>	<u>(408)</u>	<u>715</u>	<u>172</u>	<u>22.115</u>

Consolidado	31/12/09	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	31/12/10
Trabalhistas	18.159	(3.903)	(100)	647	(6)	14.797
Cíveis	4.176	3.775	(359)	185	(63)	7.714
Tributários	7.642	387	(1.367)	434	(198)	6.898
Total	<u>29.977</u>	<u>259</u>	<u>(1.826)</u>	<u>1.266</u>	<u>(267)</u>	<u>29.409</u>

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia é de R\$228.459 (líquido de gastos com emissão de ações no montante de R\$9.665) é representado por 69.290.620 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A reconciliação das ações no início e no fim do exercício e como segue:

Posição acionária em 31 de dezembro de 2009	229.865.248
Posição acionária em 31 de dezembro de 2010 (i)	229.865.248
Grupamento das ações em 13 de janeiro de 2011	57.466.312
Novas ações emitidas em 11 de abril de 2011	11.724.138
Novas ações emitidas em 12 de julho de 2011	<u>100.170</u>
Posição acionária em 31 de dezembro de 2011	<u>69.290.620</u>

Notas Explicativas

(i) Em 13 de janeiro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberado o grupamento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia naquela data, à razão de 4/1, de forma que cada 4 ações ordinárias de sua emissão passaram a corresponder a 1 ação ordinária, sendo mantido o valor do capital social da Companhia e passando o número de ações ordinárias em que se divide o capital social de 229.865.248 ações ordinárias para 57.466.312 ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao grupamento de ações.

Em 14 de fevereiro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$13.075, sem a emissão de novas ações ordinárias e nominativas sem valor nominal. Referido aumento de capital ocorreu com a utilização das reservas de retenção de lucros da Companhia existentes até 31 de dezembro de 2010.

Em 11 de abril de 2011, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração, foram emitidas 11.724.138 ações subscritas e integralizadas com recursos obtidos em oferta pública de ações na BM&FBOVESPA. A liquidação das ações comercializadas ocorreu em 15 de abril de 2011, o montante total captado foi de R\$187.586, tendo a Companhia incorrido em gastos na emissão dessas ações no montante de R\$9.665, líquido dos efeitos tributários de R\$4.978. A referida captação foi contabilizada pelo valor líquido dos referidos gastos em atendimento ao disposto no CPC 08 – Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Em 12 de julho de 2011, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração, foram emitidas 100.170 ações subscritas e integralizadas com recursos decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações, conforme descrito na nota explicativa nº 31. A liquidação das ações ocorreu em agosto de 2011, no montante de R\$1.001.

b) Política de distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Os dividendos obrigatórios e adicionais destacados em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$9.175 e R\$27.524, respectivamente, foram pagos em 30 de março de 2011.

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foi constituída reserva legal no valor de R\$3.004 e R\$1.705, respectivamente. Em 2010, o valor destinado à reserva legal é inferior aos 5% definidos na Lei das Sociedades por Ações, para atender a outra obrigação da Lei, em que o total de reserva legal não pode ultrapassar 20% do capital social.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, *“o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos”*.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2011, em conformidade com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foi

Notas Explicativas

reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, no subgrupo “Ajustes de avaliação patrimonial”, ganho relativo ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior, no montante de R\$5.398 (ganho acumulado de R\$2.912 em 31 de dezembro de 2010).

f) Reserva de capital

Conforme descrito na nota explicativa nº 31 em 13 de abril de 2011, o plano de opção de compras de ações da Companhia foi convertido de passivo financeiro para instrumento de patrimônio. Portanto, naquela data, a Companhia transferiu para o patrimônio na rubrica Reversa de capital, o montante de R\$2.549 e na mesma data efetuou a avaliação deste instrumento ao seu valor justo. A despesa correspondente à contraprestação dos serviços entre aquela data e 31 de dezembro de 2011, foi de R\$1.709 registrados no resultado do exercício contra reserva de capital, perfazendo o total de R\$4.258.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta:				
Receita bruta de serviços	430.808	331.736	658.152	609.506
Receita bruta de produtos	-	-	25.681	19.045
Impostos incidentes	(54.196)	(45.197)	(74.008)	(59.372)
Receita líquida	<u>376.612</u>	<u>286.539</u>	<u>609.825</u>	<u>569.179</u>

23. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(7)	220	1.035	(650)
Serviços de terceiros	(19.467)	(13.793)	(31.814)	(19.664)
Utilidades e facilidades	(3.288)	(2.745)	(3.757)	(3.207)
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 24)	(35.082)	(25.265)	(52.080)	(45.166)
Outras despesas operacionais	<u>(2.712)</u>	<u>(9.657)</u>	<u>(3.792)</u>	<u>(11.963)</u>
Despesas operacionais	<u>(60.556)</u>	<u>(51.240)</u>	<u>(90.408)</u>	<u>(80.650)</u>

As despesas por natureza apresentadas acima representam a somatória das rubricas, gerais e administrativas e remuneração dos administradores (essa última vide nota explicativa 12.2) na demonstração de resultado.

Notas Explicativas**24. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A COLABORADORES**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Salários e bonificações	(19.667)	(14.956)	(35.360)	(28.913)
Despesa de férias	(1.753)	(1.741)	(2.408)	(2.363)
Despesa de 13º salário	(1.236)	(1.214)	(2.180)	(1.893)
Encargos sociais	(6.349)	(5.869)	(11.318)	(10.785)
Participação nos resultados - bônus	(2.299)	(110)	(2.598)	(474)
Pagamentos baseados em ações	(1.709)	(2.549)	(1.709)	(2.549)
Outros benefícios a empregados (i)	(3.232)	(5.450)	(5.258)	(7.190)
Total de despesas com benefícios a empregados	<u>(36.245)</u>	<u>(31.889)</u>	<u>(60.831)</u>	<u>(54.167)</u>
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.163)	(6.624)	(8.751)	(9.001)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	<u>(35.082)</u>	<u>(25.265)</u>	<u>(52.080)</u>	<u>(45.166)</u>
	<u>(36.245)</u>	<u>(31.889)</u>	<u>(60.831)</u>	<u>(54.167)</u>

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido a seus colaboradores.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(577)	(3.332)	(1.715)	(5.935)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(260)	(216)	(2.206)	(2.049)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	(292)	-	(292)	-
Multas - processos contingentes	(6)	(223)	(23)	(254)
Perdas de investimentos em fundos cambiais	(315)	-	(315)	-
Juros com debêntures	(18.725)	(12.782)	(18.725)	(12.782)
Outras	(610)	(792)	(1.333)	(935)
Total	<u>(20.785)</u>	<u>(17.345)</u>	<u>(24.609)</u>	<u>(21.955)</u>

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras:				
Juros ativos	5.279	1.624	6.674	2.134
Rendimentos de aplicações financeiras	18.969	2.636	20.831	4.239
Ganhos líquidos decorrentes de operação de "swap"	224	971	224	971
Outras	59	197	641	234
Total	<u>24.531</u>	<u>5.428</u>	<u>28.370</u>	<u>7.578</u>

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(10.797)	(13.543)	(14.231)	(18.866)
Ativas	11.731	9.751	15.664	12.014
Variação monetárias, líquidas:				
Passivas	(489)	(727)	(631)	(889)
Ativas	100	127	144	195
Total	<u>545</u>	<u>(4.392)</u>	<u>946</u>	<u>(7.546)</u>

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.622	1.807	7.773	259
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(213)	(101)	(248)	1.350
Receita realcionada a contratos de não competição	-	-	-	1.246
Receita de bonificação	601	145	2.493	1.656
Outras operacionais, líquidas	<u>330</u>	<u>2.048</u>	<u>1.659</u>	<u>3.681</u>
Total	<u>6.340</u>	<u>3.899</u>	<u>11.677</u>	<u>8.192</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesa de IRPJ corrente	(2.259)	-	(8.491)	(6.965)
Despesa de CSLL corrente	(861)	-	(1.672)	(1.430)
IRPJ e CSLL diferidos	<u>(35.280)</u>	<u>(17.828)</u>	<u>(35.682)</u>	<u>(19.562)</u>
Total	<u>(38.400)</u>	<u>(17.828)</u>	<u>(45.845)</u>	<u>(27.957)</u>

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro do período antes do IRPJ e da CSLL	98.465	56.232	106.916	68.220
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota	(33.478)	(19.119)	(36.351)	(23.195)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(248)	(238)	(268)	(238)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	539	-
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	1.499	1.178
Controlada tributada no exterior	-	-	(1.036)	(752)
Resultado de equivalência patrimonial	5.621	6.188	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	(581)	(867)	(581)	(867)
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento (i)	(11.391)	-	(11.391)	-
Incentivos Fiscais	131	-	198	-
Outras	1.546	(3.792)	1.546	(4.083)
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(38.400)</u>	<u>(17.828)</u>	<u>(45.845)</u>	<u>(27.957)</u>

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa 17.(c), em 24 de junho de 2011 a Receita Federal do Brasil consolidou o parcelamento de débitos instituídos pela Lei 11.941/09, tendo a companhia desistido de discussões administrativas acerca de determinados autos de Infração relativos à IRPJ e CSLL e incluído referidos débitos em tal parcelamento. Desta forma, a Companhia revisou as apurações do IRPJ e CSLL dos exercícios autuados, revertendo assim prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL apurados naqueles exercícios, o que resultou na baixa dos impostos diferidos no montante de R\$10.447 para o resultado do exercício. Adicionalmente a Companhia optou pelo benefício de liquidar a parte do parcelamento referente à multa e juros com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e, portanto, realizou o IRPJ e CSLL diferidos no montante de R\$944.

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

Notas Explicativas

Controladora	31/12/09	Reconhecido no resultado	31/12/10	Reconhecido no resultado	31/12/11
Impostos diferidos ativos sobre-					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 15)	60.070	(4.481)	55.589	(16.140)	39.449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121	(74)	47	2	49
Provisão para contingências	12.649	(5.005)	7.644	(1.799)	5.845
Prejuízos fiscais	18.475	-	18.475	(9.541)	8.934
Base negativa de CSLL	6.868	16	6.884	(3.243)	3.641
Variação cambial	11.221	(11.221)	-	-	-
Outras provisões	-	1.527	1.527	466	1.993
Total do ativo	109.404	(19.238)	90.166	(30.255)	59.911
Impostos diferidos passivos sobre-					
Não circulante:					
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(1.000)	111	(889)	71	(818)
Variação cambial	(1.448)	1.299	(150)	(119)	(269)
Total do passivo	(2.448)	1.410	(1.039)	(48)	(1.087)
Total líquido	106.956	(17.828)	89.127	(30.303)	58.824
Gastos Emissões de Ações (ii)	-	-	-	(4.977)	(4.977)
Total no resultado	106.956	(17.828)	89.127	(35.280)	53.847

Consolidado	31/12/09	Reconhecido no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/12/10	Reconhecido no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/12/11
Impostos diferidos ativos sobre-							
Não circulante:							
Ágio gerado por incorporação (vide nota explicativa nº 15)	60.070	(4.481)	-	55.589	(16.140)	-	39.449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121	(74)	-	47	1.171	-	1.218
Provisão para contingências	13.731	(4.475)	(83)	9.173	(2.586)	109	6.696
Prejuízos fiscais	18.475	-	-	18.475	(9.541)	-	8.934
Base negativa de CSLL	6.868	16	-	6.884	(3.243)	-	3.641
Variação cambial	11.221	(11.221)	-	-	-	-	-
Outras provisões	3.434	(736)	(263)	2.435	(376)	65	2.124
Total do ativo	113.920	(20.971)	(346)	92.603	(30.715)	174	62.062
Impostos diferidos passivos sobre-							
Não circulante:							
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(1.422)	111	32	(1.279)	129	(28)	(1.178)
Variação cambial	(1.448)	1.298	-	(150)	(119)	-	(269)
Total do passivo	(2.870)	1.409	32	(1.429)	10	(28)	(1.447)
Total líquido	111.050	(19.562)	(314)	91.174	(30.705)	146	60.615
Gastos Emissões de Ações (ii)	-	-	-	-	(4.977)	-	(4.977)
Total no resultado	111.050	(19.562)	(314)	91.174	(35.682)	146	55.638

(ii) Refere-se aos efeitos de IRPJ e CSLL sobre os gastos nas emissões de ações no montante de R\$14.641 (R\$9.665 líquido dos efeitos tributários) ocorridos em 13 de abril de 2011 (vide nota explicativa nº 21.(a) contabilizados no patrimônio líquido, conforme disposto no CPC 08. Tendo em vista a dedutibilidade de tais gastos para efeito de apuração do lucro real, foi constituído IRPJ e CSLL diferidos naquela data, entretanto, a realização deste ocorreu no mesmo período.

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	2011	2010
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	8.659	8.884
Diferenças temporárias dedutíveis	(444)	756
	8.215	9.640
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do período	2.793	3.278

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Em decorrência do processo de incorporação reversa efetuada em 30 de junho de 2007, foi transferido para a Companhia o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o montante da provisão para baixa do ágio que estava registrado na ADTSPE. Como o saldo do ágio será amortizado na proporção do resultado operacional após a incorporação, espera-se que o saldo desse imposto de renda e contribuição social diferidos seja realizado no máximo nos próximos cinco anos.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos técnicos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos em dezembro de 2011.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2011	20.649	21.186
2012	26.215	26.753
2013	9.149	9.686
2014	3.898	4.437
Total	59.911	62.062

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**28.1. Gerenciamento de capital**

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada

Notas Explicativas

por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

28.2. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

			Controladora	
Rubrica	Contas patrimoniais	Notas explicativa	2011	2010
Debêntures (i)	Passivo circulante e não circulante	16	(135.681)	(150.276)
Caixa	Ativo circulante	6	2.508	-
Aplicações financeiras (ii)	Ativo circulante	6	217.065	69.072
Total de exposição			<u>83.892</u>	<u>(81.204)</u>

			Consolidado	
Rubrica	Contas patrimoniais	Notas explicativa	2011	2010
Debêntures (i)	Passivo circulante e não circulante	16	(135.681)	(150.276)
Caixa	Ativo circulante	6	2.508	-
Aplicações financeiras (ii)	Ativo circulante	6	238.923	91.455
Total de exposição			<u>105.750</u>	<u>(58.821)</u>

- (i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa, escalonada, com inicial de 1,47% ao ano em 31 de março de 2010 e 2,09% ao ano em 25 de março de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

- (ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos exercícios, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

Adicionalmente, para atender à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, em 31 de dezembro de 2011 a Administração estimou, com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	2011	Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI - 9,00%	CDI - 11,25%	CDI - 13,50%
Debêntures	(135.681)	(150.820)	(153.933)	(157.047)
Aplicações financeiras	217.065	236.984	241.963	246.943
Exposição líquida	81.384	86.164	88.030	89.896

- (i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$84.780 nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 1,96% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2011. Nos cenários possível e remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável, as estimativas gerariam uma variação líquida no resultado de R\$1.866 e R\$3.732, respectivamente, em comparação ao cenário provável.
- (ii) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 25% na variável de risco.
- (iii) Premissa considerada pela Administração com deterioração de 50% na variável de risco.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial.

Notas Explicativas

Instrumento financeiro	Data da contratação	Ativo/ Passivo	Moeda	Valor	Data da liquidação	PTAX Contratação	PTAX Liquidação	Ganho (Perda)
Fundo cambial	04/01/11	Ativo	R\$	5.200	8/4/2011	N/a	N/a	(270)
NDF	12/01/11	Passivo	USD	2.986	1/4/2011	1,7095	1,6287	(241)
NDF	17/08/11	Ativo	USD	10.000	1/9/2011	1,5923	1,5872	(51)
NDF	05/09/11	Ativo	USD	10.000	12/9/2011	1,6550	1,6774	224

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Rubrica	Contas patrimoniais	Nota explicativa	Moeda	Controladora		Consolidado	
				2011	2010	2011	2010
Bancos	Ativo circulante	6	Dólares norte-americanos	2.508	-	2.508	-
Aplicações financeiras	Ativo circulante	6 (d)	Dólares norte-americanos	-	-	1.423	-
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	12 (a,b,c)	Pesos argentinos	14.751	13.508	-	-
Mútuo com partes relacionadas	Ativo não circulante	12 (a,b,c)	Dólares norte-americanos	5.332	12.329	7.329	13.065
Mútuo com partes relacionadas	Passivo circulante	12 (a,b,c)	Dólares norte-americanos	(14.547)	(13.371)	-	-
Fornecedores	Passivo circulante	15	Dólares norte-americanos	(6.100)	(2.375)	(8.175)	(2.588)
Total de exposição				<u>1.944</u>	<u>10.091</u>	<u>3.085</u>	<u>10.477</u>

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras.
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor de US\$8.000 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras.
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira, em sua maioria o dólar norte-americano.

Em 31 de dezembro de 2011, foi estimado um aumento ou redução de 10% nas flutuações da taxa de juros. Essa oscilação de taxas teria aumentado ou reduzido o resultado financeiro em aproximadamente R\$973. Esse montante foi calculado considerando o

Notas Explicativas

impacto de aumentos ou reduções hipotéticas nas taxas de juros sobre o saldo das aplicações financeiras e dos financiamentos em aberto.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido detalhado na nota explicativa nº 25.

d) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

e) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a cobertura está demonstrada como segue:

		Importância segurada	
		2011	2010
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Responsabilidade civil geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, responsabilidade civil - empregador, responsabilidade civil - garagista e danos morais	24.244	14.281
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	82.743	69.449
		<u>106.987</u>	<u>83.730</u>

Notas Explicativas

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, quais sejam, Credicard Hall, Citibank Hall São Paulo e Citibank Hall Rio de Janeiro, além do Teatro Opera Citi em Buenos Aires, Argentina, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das aludidas casas de espetáculos e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consistente em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio e outras avenças, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes é como segue:

	Controladora e Consolidado
Ano	2011
Até 1º ano	10.753
Do 2º ao 5º ano	31.836
Após 5º ano	36.080
Total	<u>78.669</u>

c) Cartas de garantia de crédito

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia possuía vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$20.120 mil e US\$28.000 mil, respectivamente.

d) Cartas de fiança

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$7.015 e R\$6.600, respectivamente.

Notas Explicativas

31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, colaboradores em posição de comando e prestadores de serviços da Companhia ou outras companhias sob o seu controle. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As tranches anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas, caso o contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Desde a data de aprovação do referido Plano foram celebrados contratos de opções e outorga para sete executivos contemplados, entretanto, em datas distintas.

Conforme determinam os contratos, os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, devidamente avaliados ao seu valor justo na data de reporte das demonstrações financeiras. Entretanto, referidos contratos determinam também que caso a Companhia efetue processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixa de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados podem exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

Dessa forma, tendo em vista a obtenção do registro de Companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações ocorrida em 13 de abril de 2011, tais opções, anteriormente classificadas como passivo financeiro, foram convertidas em instrumento de patrimônio, tendo sido devidamente avaliado ao seu valor justo naquela data.

O valor justo dessas opções foi calculado com base no modelo “Black & Scholes” na data em que foram convertidos em um instrumento patrimonial, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga, ocorrida em 28 de setembro de 2007.

Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

<u>Ano de outorga</u>	<u>Quantidade de opções outorgadas</u>	<u>Valores registrados no resultado 2010</u>	<u>Valores registrados no resultado 2011</u>	<u>Valores a registrar em períodos futuros</u>
2007	1.256.667	1.886	983	-
2008	505.576	642	645	127
2010	119.373	21	81	107
Total	<u>1.881.616</u>	<u>2.549</u>	<u>1.709</u>	<u>234</u>

Notas Explicativas

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações em 13 de abril de 2011, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Datas de outorga	Planos individuais para cada executivo contemplado				
	28/09/07	01/10/07	15/07/08	23/02/10	01/03/10
Número de executivos contemplados	2	1	2	1	1
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	28/09/2014	01/10/2014	15/07/2015	23/02/2017	01/03/2017
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção em R\$	10,98	10,98	10,98	10,98	10,98
Indexador	Não indexado	Não indexado	1 plano não indexado e outro indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI
Preço para exercício, corrigido pelo CDI - R\$	10,98	10,98	10,98 e 16,93, respectivamente	16,93	16,93
Valor justo por opção – R\$:			(i)	0,04	
Série 1	5,02	5,02	5,02 e 0,00	0	0
Série 2	5,02	5,02	5,02 e 0,00	1,48	1,5
Série 3	5,02	5,02	5,28 e 0,66	2,22	2,23
Série 4	5,5	5,51	6,34 e 1,83	2,74	2,75

(i) 1 Plano não indexado e outro indexado pelo CDI, respectivamente.

Conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho da Administração e descrito na nota explicativa nº 21(a), em 12 de julho de 2011, foram emitidas 100.170 ações subscritas e integralizadas tendo em vista que alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações exerceram naquela data suas opções já “vested”. A liquidação das ações ocorreu em agosto de 2011, no montante de R\$1.001.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação do desempenho dos segmentos operacionais foi identificado pelos principais executivos da Companhia.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, a principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção

Notas Explicativas

de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínio esportivos. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2011 e de 2010. Os valores fornecidos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como com as práticas contábeis aplicadas:

b) Informações geográficas

A Companhia opera em três principais áreas geográficas: Brasil, Argentina e Chile.

	Consolidado 2011			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	370.286	100.521	139.018	609.825
Custos	(359.822)	(63.094)	-	(422.916)
Lucro bruto	10.464	37.427	139.018	186.909
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(19.209)	(20.198)	-	(39.407)
	(8.745)	17.229	139.018	147.502
Despesas administrativas				(45.293)
Resultado financeiro				4.707
Lucro antes dos impostos				106.916

Notas Explicativas

	Promoção de eventos	Consolidado 2010 Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	354.973	89.907	124.299	569.179
Custos	(348.296)	(54.918)	-	(403.214)
Lucro bruto	6.677	34.989	124.299	165.965
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(25.450)	(22.532)	-	(47.982)
	(18.773)	12.457	124.299	117.983
Despesas administrativas				(27.840)
Resultado financeiro				(21.923)
Lucro antes dos impostos				68.220

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado	
<u>Abertura geográfica dos resultados</u>	2011	2010
Receita líquida		
Brasil	464.468	375.463
Argentina	99.253	113.358
Chile	46.104	80.358
	<u>609.825</u>	<u>569.179</u>
Lucro bruto		
Brasil	160.836	133.134
Argentina	15.910	20.684
Chile	10.163	12.147
	<u>186.909</u>	<u>165.965</u>
Lucro operacional		
Brasil	96.853	56.170
Argentina	2.466	5.770
Chile	7.597	6.280
	<u>106.916</u>	<u>68.220</u>

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Informação suplementar:				
Dividendos a receber de controladas	(17)	(728)	-	-
Dividendos retidos	5.143	9.122	(19)	9.136
Aquisição de imobilizado não liquidada	32	47	66	51
Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	(5.276)	(1.397)	(3.396)	(2.337)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(2.978)	(5.432)
Efeito tributário no gasto da emissão de ações	4.977	-	4.977	-
Liquidação de dívida com controlador no exterior	8.804	-	8.804	-

34. LUCRO POR AÇÃO**Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo exercício.

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição.

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir e considerando o grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 13 de janeiro de 2011.

	Controladora e Consolidado	
	2011	2010
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	<u>60.065</u>	<u>38.404</u>
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>69.378</u>	<u>57.466</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>67.223</u>	<u>57.466</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,8658</u>	<u>0,6683</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,8935</u>	<u>0,6683</u>

Notas Explicativas**35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de Fevereiro de 2012.
